

Estado de Goiás

Polícia Militar

Academia de Polícia Militar

Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

Implantação do Curso de Atividades

Florestais na PMGO

Sebastião da Silva Moura

Goiânia - 1996

SEBASTIÃO DA SILVA MOURA - CAP PM

BAPM

**IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE ATIVIDADES
FLORESTAIS NA PMGO**

Monografia apresentada como exigência para conclusão do curso de aperfeiçoamento de Oficiais, realizado na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, sob a orientação do Cap. PM Geraldo de Castro.

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

Goiânia - 1996

BAPM

“... sonhar,
mas sem deixar nunca
que o sol do sonho
te arraste pelas campinas do vento...
sonhar,
mas cavalgando o sonho
e inventando o chão para sonho florescer”

AGRADECIMENTO

Agradecemos ao grande Arquiteto do Universo, por ter nos dado luz e resignação para que pudéssemos sucumbir todas as tentações e voltar nossas atenções para o cumprimento de nosso trabalho.

Não poderíamos deixar de reconhecer o sacrifício de nossa família, que permaneceu no interior do Estado, vencendo todas dificuldades e nos poupando das mesmas, para que pudéssemos nos qualificar para o acesso ao Círculo dos Oficiais Superiores.

Finalmente, agradecemos a nosso orientador que nos emprestou parcela de seus conhecimentos adquiridos no Curso de Atividades Florestais, que teve oportunidade de realizar de forma tão camarada.

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO

1 - Abordagem Teórica	10
1.1 - O homem e a natureza	10
1.2 - O Curso de Atividades Florestais	12
1.3 - Estrutura do ensino vigente na corporação	12
1.4 - Fundamentos do ensino Policial	15
2 - Aspectos legais	19
2.1 - Histórico da legislação ambiental brasileira	19
2.2 - Atribuições da PMGO na defesa do meio ambiente	21
3 - O Curso de Atividades Florestais	23
3.1 - Importância do Curso de Atividades Florestais	23
3.2 - Custo-benefício	30
3.3 - Proposta de currículo e plano de matérias do curso de atividades Florestais	33
- Conclusão	116
- Bibliografia	118
- Anexo	119

RESUMO

Nosso trabalho técnico profissional aborda em primeiro plano a relação homem/natureza, enfocando o imediatismo do homem na busca do lucro, desrespeitando a natureza.

Buscamos também, fazer uma abordagem do curso de Atividades Florestais, a quem seria direcionado e seus objetivos, passando em seguida a relatar sobre a estrutura do ensino vigente na Corporação, fazendo menção aos cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização da Polícia Militar de Goiás.

Procuramos fazer um passeio sobre a evolução histórica da legislação ambiental brasileira, buscando mostrar as primeiras degradações ambientais ocorridas antes da era de Cristo e, fechando o capítulo, abordamos aspectos legais sobre a Polícia Militar e a proteção ao meio ambiente no Estado de Goiás.

Abordamos também sobre a importância do Curso de Atividades Florestais, demonstrando a necessidade de especialização do pessoal que serve no Batalhão Florestal e seus anseios, aspectos estes, colhidos através de uma pesquisa realizada na Unidade mencionada.

Dentro de uma visão materialista, demonstramos que os custos do curso não o inviabilizam e que os benefícios só irão enriquecer o conceito da Instituição.

Finalizando, propomos um plano de matéria para um Curso de Atividades Florestais a ser implantado no Estado de Goiás, caso seja de interesse da corporação

INTRODUÇÃO

Diz um provérbio popular que todo homem deve ter um filho, plantar uma árvore e escrever um livro, para atingir sua realização.

Este ditado popular, em síntese, representa a perpetuação do homem, pois ele será eterno se seus feitos forem sólidos como as raízes de uma árvore, bem como se eles forem repletos de sabedoria.

Uma instituição também precisa criar raízes, que se entranhem no saber e no profissionalismo, para que aqueles que a utilizam percebam que ela lhe faz falta.

Nossa Instituição, a Polícia Militar, padece de recursos materiais; sua riqueza está nos homens que a integram, contudo, a riqueza do homem, além dos fatores morais, está na sua capacidade de entendimento.

Buscar a profissionalização é buscar a qualidade total tão falada em nossos dias. Não se vislumbra um futuro promissor para qualquer Instituição, se ela não se aprimorar em suas atividades, se seus integrantes não tiverem como objetivo principal o atendimento pleno de seus clientes e o entendimento eficaz de sua missão, para que seu trabalho possa ser considerado justo e perfeito.

A proteção ao meio ambiente no Estado de Goiás está, em grande parte, sob a responsabilidade da Polícia Militar, através de uma unidade

especializada, o Batalhão Floresta (BPMFlo). Esse fato gera a necessidade de se produzir conhecimento específico sobre atividades florestais, a fim de que a fiscalização seja realizada com base em conhecimento técnico-profissional, evitando-se o abuso de autoridade por parte do PM e o constrangimento ilegal para a população.

O presente trabalho visa demonstrar a necessidade da Polícia Militar de Goiás criar um curso, de especialização, na área ambiental que ofereça um conhecimento técnico-profissional voltado para as atividades florestais. Com a implantação deste curso, poderão ser sanadas muitas das dificuldades existentes, bem como poderão ser aprimorados os conhecimentos daqueles policiais que estão empenhados na árdua e essencial missão de proteger o meio ambiente.

Nosso objetivo primordial é demonstrar que os Policiais Militares do BPMFlo necessitam de conhecimentos especializados sobre atividades florestais. Outros objetivos são: demonstrar que o Curso de Atividades Florestais será um instrumento eficaz, para disseminar os conhecimentos necessários ao serviço operacional executado por parte daqueles que têm como missão específica zelar pela defesa do meio ambiente, e, ao final, propor que seja criado, na Polícia Militar de Goiás, o Curso de Atividades Florestais.

Para atingir os objetivos desejados, desenvolvemos uma pesquisa nas modalidades bibliográfica e de campo. Esta última, foi realizada junto ao BPMFlo, IBAMA, Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul, Diretoria de Ensino Instrução e Pesquisa do Estado de Goiás e Academia de Polícia Militar de Goiás.

O trabalho está seccionado em três partes intituladas: ^{cu}Abordagem teórica, aspectos legais e o ^cCurso de Atividades Florestais.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

1. ABORDAGEM TEÓRICA

1.1 O Homem e a Natureza

Os problemas ecológicos vêm sendo produzidos e intensificados graças ao desenvolvimento da civilização industrial, que tem gerado radicais mudanças no meio-ambiente físico. Daí, a constante formulação de conceitos sobre o ambiente e seu uso.

Com o acoplamento da tecnologia, aos três fatores básicos de produção estabelecido na revolução industrial do século XVIII, que era natureza, capital e trabalho, houve um significativo aumento na qualidade e quantidade dos fatores resultantes do processo industrial. Tais fatores quantitativos e qualitativos se deram com grave comprometimento da saúde ambiental.

*“O conhecimento científico enfraqueceu ou destruiu os valores tradicionais dentro dos quais os homem funcionava no passado, mas não lhe deu um novo sistema ético que servisse de substituto. O conhecimento libertou o homem de muitos erros grosseiros, mas não lhe deu crenças que acrescentassem à existência material um espírito jovial. Já se disse que a ciência dá ao homem **tudo para viver mas nada por que viver**”¹.*

Numa visão mais futurística, o desaparecimento dos bens naturais só será

¹- DUBOS, René apud CARVALHO, C. G. - Introdução ao Direito Ambiental. 2. ed. São Paulo: Letras e Letras, 1991, p.80.

combatido, de forma global, se houver uma revisão nos pressupostos econômicos, sociais, culturais e científicos, com vistas à criação de novos valores éticos.

Há de se entender que o homem terá de re-orientar sua vida para que possa buscar objetivos menos agressivos, pois ao contrário o caminho ora trilhado, só nos levará a uma catástrofe sem precedentes.

Somente uma tomada de decisão que implique o abandono do imediatismo, da ânsia do lucro a qualquer custo e do crescimento econômico acelerado, poderá levar o homem a uma inversão de preferência, deixando os bens manufaturados em segundo e elevando os bens culturais a primeiro plano.

*“Estamos convencidos de que a compreensão das restrições quantitativas do meio-ambiente mundial e das conseqüência trágicas de uma ultrapassagem dos limites é essencial para a iniciação de novas maneiras de pensar, as quais levarão a uma revisão fundamental do comportamento humano e, associação, de toda a estrutura da sociedade contemporânea”*². Tal é o que propõem os cientistas que elaboraram o relatório sobre os limites do crescimento.

² - MEADOWS, Dennis *apud* Carvalho, C.G. - *Introdução ao Direito Ambiental* - 2. ed. São Paulo: Letras e Letras, 1991, p.81

1.2. O Curso de Atividades Florestais

O Curso de Atividades Florestais é um curso de especialização em policiamento ambiental para oficiais. Em linhas gerais, visa proporcionar conhecimentos e experiências que capacitem o oficial a desempenhar as funções de comandante de frações, encarregados do policiamento ambiental, bem como exercer a função de assessor de meio ambiente do comandante da OPM.

Não seria viável sua extensão ao seio da tropa, em virtude da complexidade dos temas a serem abordados, todavia, o oficial seria um multiplicador de conhecimentos, retransmitindo a seus subordinados os conhecimentos adquiridos, de forma prática e eficiente, para o cumprimento de sua missão.

Desta forma, poderíamos, em pouco tempo, conscientizar todos os integrantes da Corporação sobre a importância da preservação do meio ambiente e, quem sabe, teríamos uma Polícia Militar Ecológica. Com certeza, isto ocorrendo, irradiar-se-ia ao público externo, o que formaria mais ameno o serviço do Batalhão Florestal.

1.3. Estrutura do ensino vigente na Corporação

Numa visão panorâmica, podemos dizer que o ensino na Polícia Militar de Goiás vem conquistando seu espaço de forma árdua, em virtude de

inúmeras dificuldades, mas, mesmo assim, consegue formar Policiais Militares preparados para exercer o serviço de segurança pública, apesar de algumas deficiências constatadas.

O atual sistema de ensino e instrução é regulado pelo R-200/Regulamento para as Polícias Militares, aprovado pelo Decreto N° 88777 de novembro de 1983. De acordo com seu capítulo VI, art. 26, o ensino nas Polícias Militares orienta-se no sentido de destinação funcional, de seus integrantes, por meio da formação, especialização e aperfeiçoamento técnico-profissional, com vistas prioritariamente à segurança pública. Eles são orientados, coordenados e controlados pelo Ministério do Exército por intermédio do Estado-Maior, que elabora diretrizes e outros documentos normativos (NPCE e NPCI) conforme estabelece o art. 27 do referido Decreto.

A estrutura de ensino na Corporação conta com a Diretoria de Ensino e Pesquisa, que é um órgão de direção responsável pelo planejamento, coordenação, supervisão, controle das atividades de formação, aperfeiçoamento e especialização de Policiais Militares, bem como das de habilitação, desporto e pesquisa.

Como Unidade de ensino, dispõe da Academia de Polícia Militar, do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças e de todas as Unidades Operacionais, sediadas na capital e no interior do Estado.

A Academia de Polícia Militar tem como missão principal promover a realização dos cursos de formação, aperfeiçoamento, adaptação, especialização e habilitação de oficiais da Corporação. Seus objetivos, nos termos da legislação em vigor, voltam-se para a formação básica técnico-profissional e humanista, a nível superior, do Aspirante-a-oficial, a fim de habilitá-lo para o exercício das funções de comando e chefia até o posto de Capitão; a atualização e ampliação de conhecimentos técnico-profissionais e gerais do Capitão, habilitando-o para o exercício das funções de oficial de Estado-Maior, através do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO); a adaptação do oficial nomeado ao posto inicial do quadro de saúde, através de curso próprio de adaptação; a especialização de oficiais para o exercício de cargos, funções e atividades que exijam conhecimentos técnicos especializados; a habilitação de oficial, mediante capacitação de subtenente^s e primeiro^s sargento^s aprovados em concurso de admissão para o ingresso no quadro de oficiais auxiliares.

A Academia de Polícia Militar possui estrutura organizacional adequada ao cumprimento eficaz de sua finalidade primordial, que é a formação e o aperfeiçoamento de oficiais.

O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) tem por finalidade formar e aperfeiçoar praças, bem como oferecer curso de especialização de natureza técnico-profissional para Sargentos. O CFAP possui uma estrutura organizacional adequada ao cumprimento eficaz de suas finalidades

As Unidades Operacionais, embora não tenham por finalidade ministrar o ensino, como atividade principal, também auxiliam a Corporação, formando soldados.

1.4. Fundamentações do ensino Policial Militar

¶ A grandeza de uma instituição é aquilatada pela grandeza de seus integrantes, os quais, por sua vez, podem ser avaliados pelas qualificações profissionais que possuem. ¶

¶ Não se pode pensar em crescer, sem buscar de forma incessante o conhecimento. Apartar-se do ensino e instrução é condenar a instituição à sucumbência. ¶

¶ O Ensino Policial Militar originou-se da necessidade de preparar o homem para atender aos anseios da sociedade, em termos de técnicas, estratégias, doutrinas, concepções filosóficas e outros. ¶

Na Constituição Federal de 1969, (art. 8º, XVII, letra “v”), reza que: “Compete à União, legislar sobre: Organização, efetivos, instrução, justiça e garantias das Polícias Militares e condições gerais de sua convocação, inclusive mobilização”.

Respeitando a lei federal, a competência da União não exclui a dos Estados para legislar, apenas complementa esta Carta Magna.

A Constituição Federal de 1988 (art. 22, item XXI) diz que, “compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocações e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares”.

Vê-se, portanto, que deixou de empregar a palavra Instrução, na redação da nova Carta Magna, no entanto, em seu art. 144, IV §§ 5º e 6º é definida a atribuição das Polícias Militares e mantida a sua condição de força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro. Ora, se foi mantido^a a condição de forças auxiliares e reservas do Exército, permanecem os efeitos do decreto-lei nº 317/67, que em seu art. 20 criou a Inspeção Geral das Polícias Militares, com a finalidade de “centralizar e coordenar todos os assuntos da alçada do Ministério da Guerra relativos às Polícias Militares”.

O citado decreto-lei^e dedicou o capítulo VI à IGPM e, em seu artigo 22, define sua competência, destacando-se, entre outras, a de baixar normas diretrizes e fiscalizar a instrução militar com vistas às condições peculiares de cada unidade da Federação, e a utilização em caso de convocação, inclusive mobilização, em decorrência de sua condição de força auxiliar, reserva do Exército.

A última edição das Diretrizes Gerais de Ensino e Instrução, baixadas pela IGPM, reporta ao ano de 1983, contém 57 páginas e está dividido

em cinco capítulos e oito anexos, tratando do seguinte: Generalidades; Ensino; Instrução; Controle e Fiscalização do Ensino e da Instrução, culminando com as disposições finais.

Das citadas Diretrizes Gerais de Ensino e Instrução, naquilo que interessa ao presente trabalho, destacam-se os trechos transcritos abaixo.

Tanto no ensino como na instrução às polícias militares, deve estar sempre presente a preocupação com os quatro tipos de ações básicas:

- a) as ações de defesa pública, desenvolvidas para a manutenção da ordem pública, em particular o policiamento ostensivo;
- b) as ações de defesa civil, em particular as ações de prevenção e controle de incêndio, calamidades públicas e outros sinistros;
- c) as ações de defesa interna, prevenindo ou reprimindo ações subversivas;
- d) as ações de defesa territorial, em caso de guerra externa.

O planejamento do ensino deverá ter sempre em mira a atividade-fim da Corporação e deverá orientar-se no sentido de atender às exigências de segurança pública da sociedade, em consonância com a evolução científico-tecnológica.

O Ensino será conduzido sem distinção de sexo, com base nos currículos já padronizados e aprovados pela IGPM.

Como complementação, o Decreto Nº 88777 de 30 de setembro de 1983 (R-200), no Capítulo IV, arts, 26, 27 e 28, trata exclusivamente do Ensino e da Instrução nas Polícias Militares.

2. ASPECTOS LEGAIS

2.1. Histórico da Legislação Ambiental brasileira

A poluição ambiental não decorre da revolução industrial, ela advém de tempos anteriores, de 500 a 600 anos a.C. Os Libios já causavam degradação ambiental, quando forjavam seus artefatos de metais, cunhando moedas.

Num período ainda mais remoto, de aproximadamente 400 a 500 anos a.C., os Romanos construíram os aquedutos, para captação de água no rio Tigre, a fim de fazer face à contaminação das águas.

Os problemas ambientais são bem anteriores ao surgimento do mundo moderno, que, por sua vez, é, sem dúvida, o maior responsável pela implementação das degradações ambientais existentes em nosso planeta.

Até a década passada, não havia um conceito amplo de meio-ambiente que pudesse informar uma política ambiental. É esse conceito, essa visão globalizante do fenômeno ambiental, que vai permitir o surgimento de uma ciência jurídica do ambiente.

Reportando-nos ao passado, consta-se que havia um conjunto de normas jurídicas com efeitos nos problemas ambientais, e que precede ao surgimento do Direito Ambiental.

Num breve relato histórico, vale lembrar que a primeira preocupação, especificamente jurídica, com a natureza surgiu no século XVII com as Ordenações Manuelinas e Filipinas, estas a partir de 1650. Apesar de cobrir diversas áreas, elas enfatizaram a conservação dos recursos naturais, ficando restrito à Portugal e praticamente nula às colônias.

As legislações sobre meio ambiente foram evoluindo de forma lenta e à medida que os problemas ambientais foram surgindo.

Em 1916, surgiu o Direito de vizinhança no Código Civil brasileiro; em 1934, o Código das Águas; 1940, o Código Penal tipificou os envenenamentos das águas; em 1941, estabeleceu com contravenção penal a emissão de fumaça, vapor ou gás que molestasse ou ofendesse alguém; em 1967 o Código de Proteção à Fauna e o Código de Pesca; em 1975, entrou em vigor o decreto-lei sobre poluição industrial, matéria esta de segurança nacional; em 1979, a Lei de parcelamento do solo urbano; em 1980, as diretrizes básicas para o Zoneamento Industrial nas áreas críticas de poluição; em 1981, a Lei sobre a política nacional do meio-ambiente; em 1985, a criação da ação civil pública, em 1988, a Constituição Federal dedicou um capítulo específico ao meio ambiente; em 1989, surge a Lei do agrotóxico e em 1992, com a ECO-92, foram estabelecidos vinte e sete princípios de proteção ambiental.

O Direito Ambiental embasa-se nos Direitos Humanos Fundamentais, que é o direito do homem de ter uma vida saudável.

2.2 Atribuições da PMGO na defesa do Meio Ambiente

O Decreto nº 344, de 5 de junho de 1990, dispôs sobre a criação do Batalhão de Polícia Militar Florestal - BPMFlo, uma unidade especializada da Polícia Militar, dando-lhe como missão a execução dos serviços de Policiamento de Guarda e Segurança que são indispensáveis ao controle ambiental de áreas especiais contaminadas por elementos radiativos; da flora, das nascentes dos mananciais, e dos parques ecológicos do Estado de Goiás. Ressalta-se que a criação de uma unidade da Polícia Militar do Estado de Goiás especializada em proteção ambiental ocorreu após o acidente radioativo, provocado pela violação da cápsula do césio 137, em 1987. Até o trágico acidente radiológico, não havia em Goiás maior preocupação com a degradação do Meio Ambiente, haja vista que o policiamento de proteção ao meio ambiente foi previsto para as Polícias Militares em tempos bem anteriores ao que foi criado no Estado de Goiás.

O Decreto Federal nº 88.777/83, que regula o R-200, estabelece os tipos de policiamento ostensivo, a cargo das Polícias Militares, e entre os elencados estão o Policiamento Florestal e de Mananciais e o policiamento fluvial e lacustre.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

A Constituição Federal de 1988, no capítulo III, que fala da segurança pública, (art. 144, §§ 5º) estabelece para as Polícias Militares o policiamento ostensivo, cujo conceito é objeto do R-200, como foi mencionado anteriormente.

A Constituição do Estado de Goiás, no seu art. 121, dispõe, de forma clara, que a segurança pública é exercida para assegurar a preservação da ordem pública, incolumidade das pessoas, do patrimônio e do Meio Ambiente. Estabelece também a Constituição Estadual, no parágrafo único do art. 124, a obrigatoriedade de se manter na estrutura da Polícia Militar, uma unidade de Polícia Florestal, cuja missão precípua é a de proteger as nascentes dos mananciais e os parques ecológicos.

A atribuição da PM em defesa do Meio^m Ambiente^a está estabelecida em bases legais, sólidas e, de forma geral, ela é responsável pela vigilância permanente de nossas riquezas naturais. A Polícia Militar é um importante órgão na preservação do meio ambiente, pois, sem dúvida, é o único que não deixa de cumprir sua missão frente a obstáculos.

+

3 - O CURSO DE ATIVIDADES FLORESTAIS

3.1 - Importância do curso de Atividades Florestais

Falar na importância do Curso de Atividades Florestais seria quase como falar na importância do BPMFlo, pois sua importância é diretamente proporcional à qualidade de seus integrantes e dos resultados obtidos nos serviços realizados em prol da natureza. Esta afirmação é, facilmente, comprovada no âmbito do presente estudo. Fizemos um levantamento junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, cujo resultado colocamos no quadro abaixo

MÊS	Nº DE AUTUAÇÕES	
	IBAMA	BPMFlo
Janeiro	35	85
Fevereiro	35	62
Março	33	91
Abril	95	92
Maio	80	116
Total	278	446

Fonte - IBAMA

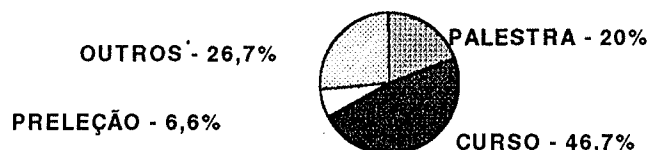
Como podemos verificar, o BPMFlo foi responsável, no período de janeiro a maio de 1996, por 61,6% das autuações, vislumbramos assim, de forma

clara, a importância do BPMFlo como sendo o principal responsável pela fiscalização ambiental em nosso Estado.

Com um volume de serviço superior ao do IBAMA, na ordem de 23,2%, é fundamental que os Policiais Militares detenham conhecimento aprimorado sobre as atividades florestais, pois suas atuações são peças iniciais de processo e, qualquer erro poderá acarretar a impossibilidade da ação judicial.

Da pesquisa realizada para elaboração desta monografia, foi projetada a aplicação de um questionário junto ao BPMFlo, cujos quesitos são analisados a seguir, na seqüência dos itens de A a H.

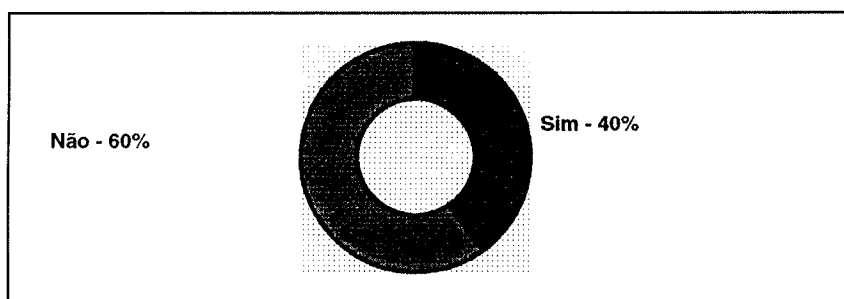
A - De que maneira você toma conhecimento da legislação florestal?



O curso, que atinge a maioria dos Policiais pesquisados, representa um curso de adaptação feito no BPMFlo e o item outros, mencionado no gráfico supra, equivale à ação dos autodidatas, que buscam conhecimentos por iniciativa própria.

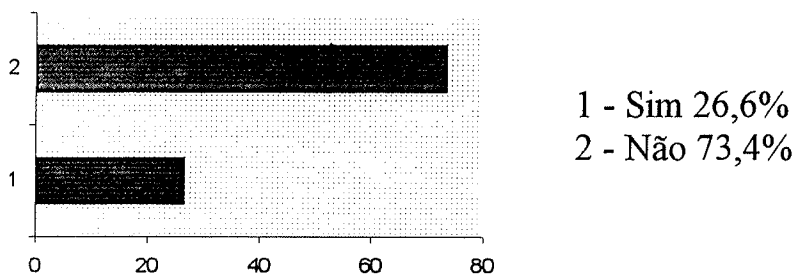
Observamos que a preleção ocupa um percentual ínfimo na pesquisa, isto é explicado por dois motivos: ou o oficial não se sente qualificado para falar no assunto ou esta prática de instrução não vem sendo observada. Ficamos com a primeira hipótese, levando-se em consideração a falta de especialização na área ambiental que existe na corporação.

B - Você é capaz de realizar qualquer autuação ambiental?



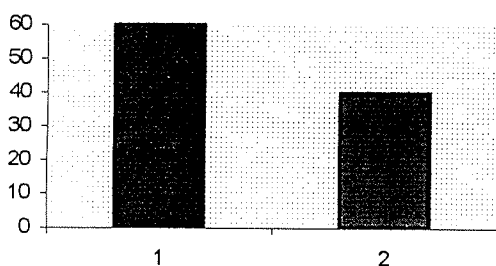
O BPMFlo realiza 61,6% das atenções ambientais no Estado de Goiás e, coincidentemente, 60% do pessoal pesquisado não consegue realizar todas as autuações pertinentes à área, o que é um sinal claro da falta de especialização do Policial florestal.

C - Você é capaz de realizar relatórios técnicos sobre qualquer infração ambiental?



Mais uma vez nota-se a falta de especialização do Policial Militar Florestal, ele não conhece a parte burocrática de suas atividades, o que irá acarretar sérios danos para a administração da justiça.

D - Você realizou curso ou estágio referente à atividade ambiental?



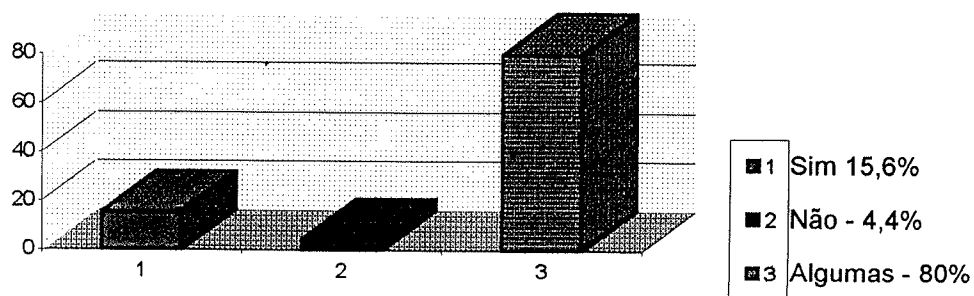
1 - Sim 60%

2 - Não 40%

Na realidade, não existe nenhum Policial Militar, entre aqueles que responderam ao questionário, que possua um curso de especialização ambiental.

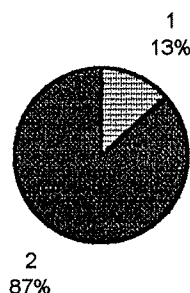
A maioria fez um estágio no próprio BPMFlo, o que é bastante salutar, pois se não fosse por esta iniciativa, certamente a ação de BPMFlo estaria inviabilizada.

E - Você é capaz de dizer o tipo da madeira cortada que está sendo transportada?



Em virtude de um curso realizado no BPMFlo, 80% dos PM pesquisados disseram que conhecem os tipos de madeiras. Nossa missão, contudo, não nos permite ficar no meio do caminho. Como ficaria a situação em relação às outras madeiras que os PMs não conhecem? A plenitude de conhecimento de nossa missão é condição “sine qua non” para a boa execução da atividade de fiscalização ambiental, o que prova que a instrução é fundamental.

F - Você tem curso de Arrais Amador ou algo semelhante?



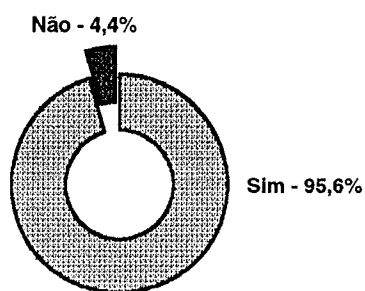
1 - Sim - 13,3%

2 - Não - 86,7%

É de fundamental importância para o Policial Militar, que realiza patrulhamento embarcado, ter conhecimento das técnicas de arrais amador. Isto não só para quem pilota o barco, como também para todos os integrantes da embarcação.

A situação, do Policial florestal que pilota um barco sem arrais amador é igual a do motorista de RP que conduz a viatura sem CNH.

G - Em sua atividade, há momentos em que você sente necessidade de maior conhecimento sobre atividades Florestais?



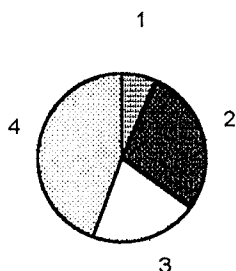
O nosso Policial Militar Florestal, apesar de suas deficiências funcionais, é consciente de suas limitações e cerca de 95% deles não temem em afirmar que há necessidade de maiores conhecimentos. Esta quase unanimidade de opiniões pode ser atribuída ao fato de que a instrução não oferece a especialização que a missão requer.

H - Você acha necessário^o a criação de um curso de atividades florestais?

Para esta resposta não utilizaremos o gráfico percentual pois, todos os Policiais Militares pesquisados, que trabalham no BPMFlo, acreditam na importância e na necessidade do Curso de Atividades Florestais. Eles sabem que suas deficiências não resultam da falta de vontade de trabalhar, e sim, da falta de conhecimento especializado para exercer suas atividades de forma eficiente.

Especificamente, no tocante à metodologia de pesquisa vale frisar que os policiais militares pesquisados foram distribuídos por posto, graduação e tempo de serviço, conforme o gráfico abaixo:

Posto e Graduação



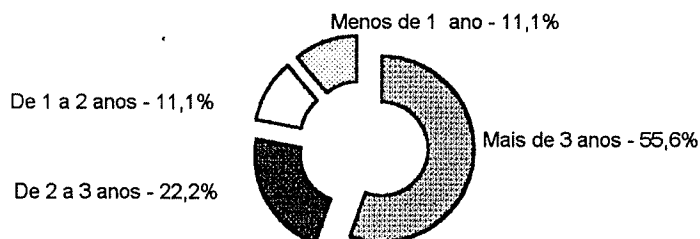
1 - Oficial - 6,7%

2 - St e Sgt - 28,3%

3 - Cb - 20,6%

4 - Sd - 44,4%

TEMPO DE SERVIÇO



Observe-se que a grande maioria dos Policiais Militares pesquisados já atuam na área de policiamento florestal por mais de três anos, isto com certeza contribui em muito para a qualificação do que existe, hoje, no seio da tropa do BPMFlo.

Boa parte do pessoal pesquisado é constituída de Oficiais e Sargentos, e isso retrata que a pesquisa atingiu os homens que detém comando e de quem se exige maior capacitação, pois são eles os multiplicadores de conhecimentos.

A pesquisa foi feita por amostragem, atingindo 15% do efetivo do BPMFlo e foi aplicada particularmente ao pessoal da sede da OPM, que está mais próximo de todas as informações e conhecimentos.

3.2 - Custo-Benefício

Dentro do programa do Curso de Atividades Florestais, a ser proposto com duração de aproximadamente de quatro meses, relacionamos dentro de uma tabela de custos, as disciplinas a serem propostas com as respectivas cargas horárias, distribuindo-as de forma a indicar as que serão ministradas por Policiais Militares, Bombeiros Militares e Civis.

Consoante o sistema adotado atualmente pela Polícia Militar de Goiás, ou seja, o de pagamento pró-labore para professores e instrutores que não sejam do meio da Corporação, e o de gratificação de instrutor para os PMs, a tesouraria da Academia de Polícia Militar estipulou os valores que seriam gastos nos projetos dos mesmos, conforme podemos verificar no quadro que se segue:

Tabela de custo

MATÉRIA	HORA/AULA	PROFESSOR E/OU INSTRUTOR	PROVENTOS R\$
Proteção Ambiental	30	Civil	504,00
Educação Ambiental	30	Civil	504,00
Flora	50	PM	216,28
Transporte Produtos Perigosos	20	PM	216,28
Noções de Equitades	20	PM	216,28
Administração Pública e Meio Ambiente	30	Civis	504,00
Tiro Policial Defensivo	20	PM	216,28
Geografia do Estado	20	Civis	336,00
Administração de Operações	25	PM	216,28
Técnica de arrais	20	Pessoal Capitania dos Portos	336,00
Navegação	20	Pessoal Capitania dos Portos	336,00
Prevenção e Combate de Incêndio Florestal	20	BM	336,00
Treinamento Físico Policial Militar	30	PM	216,28
Pesca	50	PM	261,28
Técnica de Ensino	20	PM	216,28
Direito Ambiental	60	Civil	1.008,00
Fauna	50	PM	216,28
Poluição Ambiental	40	Civil	672,00

Total	555		6.482,52
-------	-----	--	----------

No período compreendido entre janeiro e maio do ano em curso o volume monetário previsto pelas atuações do BPMFlo e IBAMA foram as constantes do quadro a seguir:

Tabela Monetária

Mês	IBAMA	BPMFlo
Janeiro	31.569,51	73.003,94
Fevereiro	39.548,13	57.684,30
Março	38.007,71	76.184,83
Abril	141.956,97	54.429,68
Maior	105.543,20	95.388,12
Total	356.625,52	356.690,12

Fonte - IBAMA

Pelo que preceitua o convênio firmado no ano de 1990, BPMFlo deverá perceber 75% do volume monetário recolhido com as atuações aplicadas por aquela unidade, isto representa um valor, no período de janeiro a maio de 1996, da ordem de R\$ 267.517,59.

Veja bem, se levarmos em conta o que o BPMFlo teria a receber nos quatro primeiros meses do ano, R\$ 195.977,06, o custo de um curso de quatro meses seria aproximadamente de R\$ 6.482,52; mesmo se colocássemos um acréscimo de 50% nos custos do curso ele representaria 4.9% do que o BPMFlo arrecadaria no período de duração do curso. Mesmo havendo a redução da

arrecadação do BPMFlo para 50%, conforme aparentemente ocorrerá ao firmar o novo convênio, o curso ainda é viável.

O benefício do Curso de Atividades Florestais é o de especializar oficiais e conseqüentemente, a tropa para um desempenho profissional eficaz, inclusive, abrindo um leque maior de atuação daquela Unidade e conseqüentemente um maior volume de atuações.

Sobre o prisma monetário, está claro que os benefícios superam em muito os custos do Curso. Contudo, não podemos esquecer que acima da questão monetária está o nome da Instituição, que certamente cresce em conceito à medida que seu trabalho cresce em qualidade.

3.3 - Proposta de currículo e plano de matérias do curso do Curso de Atividades Florestais

A proposta de currículo e plano de curso que apresentamos está embasada no currículo e no plano de matérias do Curso de Atividades Florestais do Estado do Rio Grande do Sul, guardadas, evidentemente, as peculiaridades do nosso Estado e os padrões estabelecidos pela Academia de Polícia de Goiás. Igualmente os procedimentos didáticos serão seguidos conforme preceitua o Plano Geral de Ensino de 1.996, da Academia de Polícia Militar de Goiás.

As referências bibliográficas, logicamente são pertinentes à unidade didática estudada porém, não nos atreveremos a fazer a bibliografia para as unidades didáticas, pois isto só seria possível se fôssemos especialistas em Atividades Florestais. Limitaremos a tecer uma abordagem bibliográfica, com base no plano do Curso de Atividades Florestais do Rio Grande do Sul, acrescida das sugestões do nosso orientador e das manifestações dos Policiais Militares que atuam no BPMFlo, conforme pudemos constatar no questionário ali aplicado. Passaremos a apresentar o plano de matérias da proposta para o Curso de Atividades Florestais do Estado de Goiás. Assim, a proposta compõe-se de dezoito disciplinas com a carga horária de 555 horas aulas.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR

DIVISÃO DE ENSINO - STE

CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO E ESPECIALIZAÇÃO - CAE

CURSO DE ATIVIDADES FLORESTAIS - CAFLO

CURRÍCULO

E

PLANO DE MATÉRIA

- 1996 -

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR

CURSO DE ATIVIDADES FLORESTAIS

DOC. ÚNICO

CURRÍCULO

1 - Duração do curso

555 horas/aulas

2 - Objetivos gerais do curso

- a - Especializar o oficial para o desempenho de atividades florestais no BPMFlo.
 - b - Proporcionar conhecimentos e experiências que capacitem o oficial a desempenhar as funções de comandante de frações encarregadas do Policiamento Ambiental.
 - c - Qualificar o oficial para exercer a função de assessor, de meio ambiente, do comandante da OPM.
 - d - Desenvolver no oficial a consciência da necessidade da preservação ambiental.
 - e - Qualificar o oficial para ser um multiplicador de conhecimentos florestais sobre atividades na corporação.
- 3 - Rol de matérias:
- a - Proteção Ambiental

- b - Educação Ambiental
- c - Flora
- d - Transporte de Produtos Perigosos
- e - Noções de Equitação
- f - Administração Pública e Meio Ambiente
- g - Tiro Policial Defensivo
- h - Geografia do Estado
- i - Administração de Operações
- j - Técnica de arrais
- l - Navegação
- m - Prevenção e Combate de Incêndio Florestal
- n - Treinamento Físico Policial Militar

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

- o - Pesca
 - p - Técnica de Ensino
 - q - Direito Ambiental
 - r - Fauna
 - s - Poluição Ambiental
- 4 - Objetivos particulares das disciplinas.
- a - Direito ambiental
 - Discriminar os principais crimes e contravenções ambientais;
 - Caracterizar a competência e forma de atuação da Polícia Florestal;
 - Distinguir o Poder de Polícia Florestal;
 - Caracterizar a competência e funções das demais autoridades nos crimes e contravenções ambientais;
 - Identificar dispositivos e procedimentos legais;

- Reconhecer a importância do direito e da correta atuação para a preservação ambiental.

b - Fauna

- Identificar os conceitos básicos referente a fauna;
- Identificar crimes cometidos contra a fauna;
- Identificar espécimes da fauna silvestre;
- Identificar as técnicas e formas de atuação do Policiamento Ambiental;
- Distinguir os procedimentos administrativos, cíveis e penais;
- Conhecer as técnicas de fiscalização relativas à fauna.

c - Pesca

- Conceituar pesca amadora e profissional;
- distinguir materiais permitidos e proibidos;
- Caracterizar as infrações do pescador amador e profissional;

- Reconhecer a importância da preservação das espécies;
- Elaborar autos e outros documentos atinentes;
- Realizar fiscalização de pesca.

D - Flora

- Identificar preceitos contidos na Lei 4771/65
- Caracterizar as infrações penais e administrativas referentes a flora;
- Identificar o aspecto legal dos transporte de produtos e subproduto florestais (portaria 44/IBAMA);
- Identificar as principais espécimes de flora nativa de Goiás;
- Conhecer as técnicas de fiscalização a ilícitos contra a flora;
- Identificar as atividades econômicas que utilizam flora.

E - Poluição Ambiental

- Identificar as principais Poluições ao Meio Ambiente.

- Adotar procedimentos legais às ocorrências de poluição ao Meio Ambiente, capitulados na legislação em vigor.

F - Treinamento Físico Policial Militar

- Montar um programa de resistência aeróbica;
- Nadar 50 metros;
- Executar salvamento no meio aquático.

G - Administração Pública e Meio Ambiente

- Entender o desenvolvimento econômico e sua relação com o Meio Ambiente;
- compreender as políticas e programas governamentais e a sua repercussão no Meio Ambiente.
- Compreender a amplitude da gestão ambiental;
- Saber utilizar os instrumentos de gestão ambiental.

H - Educação Ambiental

- Identificar conceitos básicos de Ecologia geral.

- Desenvolver uma consciência crítica sobre o exercício da cidadania ecológica,
- Elaborar programas de educação ambiental,
- compreender a relação homem/natureza através das várias concepções das correntes dos pensamentos filosóficos da humanidade.

I - Proteção Ambiental

- Desenvolver conhecimentos sobre chuva ácida, buraco na camada de ozônio e Efeito Estufa,
- Identificar as agressões ao Meio Ambiente,
- Adotar procedimentos legais face as ocorrências capituladas na legislação de Proteção ao Meio Ambiente.
- Identificar questões técnicas e legislação regente aos loteamentos.

J - Administração de Operações

- Administrar a execução de Operações de Policiamento Ambiental.
- Elaborar relatórios de Operações.

L - Prevenção e Combate de Incêndio Florestal

- Interpretar a Legislação sobre incêndio Florestal,
- Classificar os materiais de bombeiro e os meios de fortuna utilizados para extinção de incêndio em Florestas,
- Utilizar as técnicas de Combate e prevenção de incêndio Florestal.

M - Técnica de Ensino

- Elaborar os objetivos gerais e comportamentais.
- Identificar as diferentes técnicas de Ensino Utilizadas em situação de sala de aula e suas aplicações.
- Elaborar instrumento de avaliação.
- Elaborar programa de matéria, plano de aula e plano de sessão.

N - Navegação

- Navegar embarcado em superfície aquática,

- Interpretar cartas náuticas,
- Localizar pontos na carta náutica.

O - Geografia do Estado

- Identificar os aspectos geográficos e geo-econômicos de Goiás.

P - Tiro Policial Defensivo

- Identificar armas e munições mais usuais.
- Descrever os fundamentos do Tiro Policial Defensivo.
- Executar os movimentos e disparos a seco nas bases zero e oito.
- Executar tiros de defesa nas bases zero e oito.

Q - Noções de Equitação

- Efetuar penso no cavalo;
- Selar o cavalo;

- Comandar o cavalo nas três andaduras.

R - Transporte de Produtos Perigosos

- Identificar produtos perigosos conforme as normas e convenções internacionais;
- Conhecer as formas de identificação e circulação dos veículos de transportes de produtos perigosos;
- Conhecer as formas e itens que compreendem a fiscalização dos veículos de transporte de produtos perigosos;
- Compreender os riscos que os diversos produtos perigosos oferecem à saúde humana, animal e vegetal, como também ao ambiente como um todo;
- Desenvolver condições para que o Oficial possa prestar os primeiros atendimentos em acidentes com produtos perigosos.

S - Técnica de Arrais

- Aplicar as técnicas de condução de embarcações em superfície aquática;
- Identificar as partes de uma embarcação;

- Conduzir embarcações em hidrovias.

5 - Atividades complementares

a - Visitas de estudos

As visitas, cujo caráter didático é complementar o ensino técnico - Prático relativo a determinada disciplina, serão realizadas em órgãos e/ou instituições que atuam na área ambiental, tais como IBAMA, BPMFLo, Secretaria Estadual do meio ambiente, FEMAGGO, SEMMA, Polícia Federal, Zoológico, Parque Nacional das Emas, Parque Ecológico e outros.

b - Estágios

Proporciona aos oficiais alunos contato direto com a realidade operacional na área ambiental. O referido estágio encontra-se inserido nas disciplinas flora, fauna e pesca, com carga horária já delimitada para tal fim, sendo sua realização programada pelo BPMFLo, mediante contato com a APM.

c - À disposição da divisão de ensino:

São horas destinadas ao reajuste do ensino, atividades extra-classe e outras, de acordo com o planejamento próprio elaborado pelo estabelecimento de ensino.

d - Procedimentos didáticos:

Podem ser adotados os seguintes procedimentos didáticos: Palestra - P, Exposição oral. EO, conferências - CN, Debate - DB, Estudo dirigido - ED, Discussão dirigida - DD, Estudo de caso - EC, Painel - PN, Palestra - PA, Resolução de problema - RP, Trabalho de grupo - TG, Visitas de estudos - VE e Execução aplicada - EA.

6 - Prescrições diversas.

a - As informações básicas relativas ao funcionamento do curso serão delimitadas na NPCE e PGE, regulamentos e manual do discente.

PLANO DE MATÉRIA

CURSO: CURSO DE ATIVIDADES FLORESTAIS

CARGA/HORÁRIA

60

Disciplina

Direito Ambiental

1 - Objetivos ambiental

- Discriminar os principais crimes e contravenções ambientais;
- Caracterizar a competência e forma de atuação da Polícia Florestal;
- Distinguir o Poder de Polícia Florestal;
- Caracterizar a competência e funções das demais autoridades nos crimes e contravenções ambientais;
- Identificar dispositivos e procedimentos legais;
- Reconhecer a importância do direito e da correta atuação para a preservação ambiental.

2 - Unidades didáticas

- 1 - Crimes e contravenções ambientais
- 2 - Procedimentos legais
- 3 - Plano de unidades didática.
 - a - UUD 01 - crimes e contravenções ambientais
 - 1 - Contravenções ambientais - definições, tipificações e considerações;
 - 2 - Crimes ambientais - definições, tipificações e considerações.
 - b - UUD 02 - Procedimentos legais
 - 1 - Competência e atuação da Polícia Florestal. Poder da Polícia Florestal.
 - 2 - Competência e atuação da Autoridade Policial.
 - 3 - Competência e atuação da Curador do Meio Ambiente. Acionamento da Curadoria.
 - 4 - Competência e atuação da Justiça.
 - 5 - Inquérito Policial e Flagrante Delito.

6 - Embargo, depósito e restituição de material apreendido.

7 - Processo sumário e Processo de Fiança.

4 - Verificação de aprendizagem.

Processo de avaliação

horas/aulas

- Verificação corrente

02

- Verificação final

02

5 - Abordagem bibliográfica.

MILLARÉ, Edis. Curadoria do Meio Ambiente. Ed. APMP, 1988.

Fundação Brasileira para Conversão da Natureza. Legislação e Conservação da Natureza. São Paulo: Ed. CESP, São Paulo, 1986.

NALLAQUIAS, Bolívar. Polícia Judiciária. Ed. Imprensa Oficial de Belo Horizonte, 1974.

SALLES JÚNIOR, Romeu de Almeida. Inquérito Policial de Ação Penal. Ed. Saraiva, São Paulo, 1986. Código Penal Brasileiro.

NAVES, Nilson Vital. Código de Processo Penal e Legislação Complementar. Ed. Forense, Rio de Janeiro, 1985.

MEIRELLES, Heli Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1984.

LAZZARINE, Álvaro e outros. Direito Administrativo da Ordem Pública. Ed. Forense, Rio de Janeiro, 1987.

CPFM - Direito Ambiental. São Paulo. Ed. Catálise. 1991.

PLANO DE MATÉRIA CURSO: CURSO DE ATIVIDADES FLORESTAIS

CARGA HORÁRIA

50

Disciplina

Fauna

1 - Objetivos particulares da disciplina.

- Identificar os conceitos básicos referentes à fauna;
- Identificar crimes cometidos contra a fauna;
- Identificar espécimes da fauna silvestre;
- Identificar as técnicas e formas de atuação do Policiamento Ambiental;
- Distinguir os procedimentos administrativos, cíveis e penais;
- Conhecer as técnicas de fiscalização relativos à fauna.

2 - Plano de unidade didática

Duração

Procedimentos

a - UD 01 - Legislação de proteção à fauna.

Didáticos.

1 - Conceitos básicos da Legislação de proteção à fauna;

16

P

2 - Os crimes dispostos na Lei 5.197;

3 - Penas nas diversas infrações penais contra a fauna.

b - UD 02 - Proteção aos animais

03

P

1 - Contravenções penais referentes a maus tratos a animais.

c - UD 03 - Procedimentos operacionais

10

EO

1 - Atuação dos diversos tipos de caçadores;

2 - Abordagem a caçadores

d - Identificação das espécimes da fauna silvestre

08

EO

1 - Animais que compõem a fauna silvestre do Estado;

2 - Diferenças morfológicas das aves e mamíferos de caça no Estado.

e - fiscalização de campo

09

RP

1 - Operação prática;

2 - Documentação referente a fauna.

4 - Verificação da aprendizagem

Processo de avaliação - Horas/aulas

- Verificação corrente

02

Prova teórica e/ou prática

- Verificação final

02

5 - Abordagem Bibliográfica

- Lei de Proteção à fauna - Lei 5197/67

- Decreto lei nº 24.645/34 - Proteção aos Animais

- CORDEIRO, Antônio José e outros, "Guia Prática de Direito Penal Ambiental", Ed. Forense.

- Freitas, Vladimir Passos de, "Crimes Contra a Natureza", Ed. Revista dos Tribunais.

PLANO DE MATÉRIA CURSO: CURSO DE ATIVIDADES FLORESTAIS

CARGA HORÁRIA

50

Disciplina

Pesca

1 - Objetivos particulares da disciplina

- Conceituar pesca amadora e profissional;
- distinguir materiais permitidos e proibidos;
- Caracterizar as infrações do pescador amador e do profissional;
- Reconhecer a importância da preservação das espécies;
- Elaborar autos e outros documentos atinentes;
- Realizar fiscalização de pesca.

2 - Unidades didáticas

- 1 - Introdução e conceituação
 - 2 - Pesca amadorística
 - 3 - Pesca Profissional
 - 4 - Crimes
 - 5 - Técnica de fiscalização
- 3 - Plano de unidade didática
- a - UD 01 - Introdução e conceituação
- 1 - Tutelado;
 - 2 - Fauna ictiológica;
 - 3 - Pesca científica, amadora e profissional;
 - 4 - conceituar período de defesa e piracema.
- b - UD 02 - Pesca amadorística

- 1 - Conceito, pesca amadora;
 - 2 - Materiais e petrechos permitidos e proibidos;
 - 3 - Pesca embarcada e desembarcadas;
 - 4 - Locais e períodos em que é permitida ou proibida a pesca;
 - 5 - Principais proibições relativas a pesca amadora;
 - 6 - Quantidade de pescado permitido por pescador.
- c - UD 03 - Pesca profissional

Conceito

- 1 - Pesca profissional;
- 2 - Diferenciar pescador profissional de amador de pesca;
- 3 - Petrechos e materiais permitidos ao pescador profissional;
- 4 - Principais tipos de embarcações pesqueiras;

- 5 - Tipos de pesca, subaquática com redes;
 - 6 - Pesca pelágica e demersal;
 - 7 - Métodos de pescada: cerco, lance e arrasto;
 - 8 - Forma de tração dos petrechos de pesca: Humana, mecânica, mexicana e portas;
 - 9 - Principais proibições e permissões relativas a pesca profissional.
- d - UD 04 - Crimes
- 1 - Crimes praticados contra a fauna ictiológica;
- e - UD 05 - Técnicas de fiscalização
- 1 - Espécies mais comuns da fauna ictiológica capturada nas águas interiores;
 - 2 - Técnicas de abordagens de acampamentos de pescadores e embarcações pesqueiras;
 - 3 - Procedimentos para legalização da entidade e documentos necessários para realização de competições;
 - 4 - Fiscalização e estabelecimentos de comércio de pescados.

4 - Verificação de aprendizagem.

Processo de avaliação - Horas/aulas

- Verificação corrente 02 Prova teórica e/ou prática

- Verificação final 02

5 - Abordagem Bibliográfica

-Fundação Brasileira para Conservação da Natureza "Legislação de Conservação da Natureza. Ed. CESP, São Paulo, 1986.

- Decreto Lei 221, Código da pesca.

- lei 7679, de 23 de novembro de 186.

- Lei 7653/86.

- Portarias Normativas do IBAMA referentes a pesca em vigor.

PLANO DE MATÉRIA CURSO: CURSO DE ATIVIDADES FLORESTAIS

CARGA/HORÁRIA

50

DISCIPLINA

Flora

1 - Objetivos particulares da disciplina.

- Identificar preceitos contidos na Lei 4771/65
- Caracterizar as infrações penais e administrativas referentes a flora;
- Identificar o aspecto legal dos transportes de produtos e subproduto florestais (portaria 44/IBAMA);
- Identificar as principais espécimes de flora nativa de Goiás;
- Conhecer as técnicas de fiscalização a ilícitos contra a flora;
- Identificar as atividades econômicas que utilizam a flora.

1 - Código Florestal Federal.

2 - Moto-Serras.

3 - Transporte de produtos florestais.

4 - Cálculos e medidas.

5 - Identificação e exemplares da flora nativa.

6 - Atividades humanas relacionadas à flora.

7 - Execução prática da fiscalização florestal.

3 - Plano de unidade didática.

Duração

Procedimentos

Didáticos.

a - UD - 01 - Código Florestal Federal

10

P

1 - Verificar os dispositivos do Código Florestal Federal e sua aplicações.

2 - Definir área de prevenção permanente, reserva legal.

3 - Identificar espécies nativas, exóticas, floresta nativa, florestamento e reflorestamento.

4 - Identificar contravenções penais contidas no Código Florestal Federal, Militar, Interdições e licenças para corte.

b - UD - 02 - Moto-Serras

1 - Dispositivos que regulam a comercialização, licenciamento e porte de Moto-Serra contidos no Código Florestal Federal e portarias normativas do IBAMA.

c - UD - 03 - Transporte de produtos florestais.

1 - Madeira in natura e beneficiada.

2 - Dispositivos contidos na portaria 44/IBAMA e suas aplicações.

3 - Autorização para transporte de produtos florestais (ATPF) e Regime Especial de Transporte (RET).

d - UD - 04 - Cálculos e medidas.

1 - Aplicação de cálculos e medidas.

2 - Cálculos e medidas da área, volume, declividade e elevação do terreno.

e - UD - 05 - Identificação de exemplares nativos da flora nativa.

1 - Principais árvores nativas do Estado e País.

2 - Visita programada ao Parque Ecológico.

f - UD - 06 - Atividades Humanas relacionadas à flora.

1 - Formas de exploração, atuação, utilização de produtos e subprodutos florestais.

2 - Principais irregularidades praticadas por madeiras, serrarias, olarias, fábricas de móveis, estufas, padarias e comércio de produtos e subprodutos florestais.

g - UD - 07 - Execução prática da fiscalização florestal.

08

RP

1 - Realizar operação de campo, aplicando conhecimentos assimilados em aula a respeito da fiscalização florestal.

4 - Verificação da aprendizagem

Processo de Avaliação

Horas/aulas

- Verificação corrente

02 Provas teóricas e/ou práticas

- Verificação final

02

5 - Abordagem bibliográfica.

- Constituição da República Federalista do Brasil de 1998
- Legislação de conservação da natureza. 1986. Ed. CESP, São Paulo.
- CPFM. "Legislação, Fiscalização e Preservação Florestal". (APMP, 1988.)
- Lei Federal nº 4.471/65 (Código Florestal Federal):
- Portaria normativa 044/65 - uso da Moto-Serra.

PLANO DE MATERIA CURSO: CURSO DE ATIVIDADES FLORESTAIS

CARGA HORÁRIA

40

Disciplina

Poluição Ambiental

1 - Objetivos particulares da disciplina:

- Identificar as principais Poluições ao Meio Ambiente.

- Adotar procedimentos legais às ocorrências de poluição ao Meio Ambiente, capitulados na legislação em vigor.

2 - Unidades didáticas

1 - Definições de Poluição Ambiental.

2 - Depósito de lixo.

3 - Poluição industrial.

4 - Agrotóxicos.

5 - Poluição do solo.

6 - Poluição das águas.

3 - Planos de unidade didática.

a - UDD 01 - Definições de Poluição Ambiental.

Duração

Procedimentos Florestais

1 - Principais causas de poluição do ar, das águas, do solo, sonora, paisagística determinando os prejuízos que causam à saúde humana, animal e vegetal.

2 - Poluição.

3 - Saúde pública.

b - UDD 02 - Depósito de lixo.

1 - Aterro sanitário e depósito de lixo.

2 - Principais problemas e conseqüências dos depósitos de lixo irregulares.

4 - Procedimentos corretos ao atendimento das ocorrências e dar os devidos encaminhamentos.

c - UD 03 - Poluição industrial.

1 - Causas da poluição industrial,

2 - Procedimentos corretos ao atendimento das ocorrências e dar os encaminhamentos corretos,

3 - Os principais tipos de poluição industrial.

d - UD 04 - Agrotóxicos

1 - Principais produtos tóxicos

2 - Identificar as regiões de maiores tendências a poluição por produtos tóxicos.

3 - Principais riscos à saúde humana, animal e vegetal,

4 - Procedimento correto e dar o devido encaminhamento das ocorrências,

5 - Procedimentos a serem observados por fabricantes e comerciantes no uso de produtos Agrotóxicos.

e - UD 05 - Poluição do solo.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

- 1 - Causas da poluição dos solos e os riscos à saúde humana, animal e vegetal,
- 2 - Camadas do solo e seus comprometimentos em casos de poluição,
- 3 - Procedimentos corretos e encaminhamento das ocorrências.

f - UJD 06 - Poluição das Águas

- 1 - Causas da poluição das águas e os riscos à saúde humana, vegetal e animal,
- 2 - Crimes e contravenções praticadas por poluidores das águas,
- 3 - Procedimento corretos e encaminhamento das ocorrências.

4 - Verificação da aprendizagem.

Processo de avaliação	Horas/aulas	
- Verificação corrente	02	prova teórica e/ou prática.

5 - Abordagem bibliográfica.

- Lei nº 7802 - Agrotóxico (11 jul. 89),

- Lei nº 6938 - Política Nacional do Meio Ambiente,
- Lei nº 7202 - Política Ambiental 1989,
- Cordeiro, Antônio José e outros; Guia Prático de Direito Penal Ambiental. Ed. Forense.
- Freitas, Vlademir Passos de, Crimes Contra a Natureza. Ed. Revista dos tribunais.

PLANO DE MATÉRIA CURSO: CURSO DE ATIVIDADES FLORESTAIS

CARGA/HORÁRIA
30

Disciplina

Treinamento Físico Policial Militar

1 - objetivos particulares da matéria

- Montar um programa de resistência aeróbica;
- Nadar 50 metros;
- Executar salvamento no meio aquático.

2 - Unidades didáticas

- 1 - Resistência aeróbica
- 2 - Natação
- 3 - Salvamento aquático

3 - Plano de unidade didática

a - UD 01 - Resistência aeróbica.

1 - programa de resistência aeróbica.

b - UD 02 - Natação

1 - 50 metros. Nado utilitário.

c - UD 03 - Subimento aquático.

1 - Salvamentos de emergência em ambiente aquático.

4 - Verificação de aprendizagem

Processo de avaliação

Horas/aulas

- Verificação única

02

5 - Abordagem bibliográficas

- MACHADO, David Camargo. Metodologia da natação. SP, EPU, 1978.

- Lotufo, João. Ensinando a nadar . SP, Cia Brasil, 8ª Ed.
- COOPER, Kenneth, Capacidade Aeróbica. Ed. Fórum 1972.

PLANO DE MATÉRIA CURSO: CURSO DE ATIVIDADES FLORESTAIS

CARGA/HORÁRIA
30

Disciplina

Administração pública e meio ambiente

- 1 - Objetivos particulares da disciplina.
 - Entender o desenvolvimento econômico e sua relação com o Meio Ambiente;
 - compreender as políticas e programas governamentais e a sua repercussão no Meio Ambiente.
 - Compreender amplitude da gestão ambiental;
 - Saber utilizar os instrumentos de gestão ambiental.
- 2 - Unidades Didáticas.
 - 1 - Desenvolvimento e meio ambiente,
 - 2 - Gestão Ambiental no Brasil.

- 4 - Instrumentos de controle do Meio Ambiente.
- 3 - Plano de unidade didática.
 - a - UD 01 - Desenvolvimento e Meio Ambiente.
 - 1 - Desenvolvimento econômico social brasileiro e o padrão de ocupação do território,
 - 2 - Noções de globalização das questões ambientais,
 - 3 - conceitos relacionados ao Meio Ambiente.
 - b - UD 02 - Gestão Ambiental no Brasil.
 - 1 - Política ambiental no Brasil e sua evolução histórica,
 - 2 - Evolução da Legislação Ambiental,
 - 3 - Problemas de ordem Institucional com reflexo n Meio Ambiente.
 - d - UD 03 - Política e programas. 20

1 - Identificar as políticas e programas relacionados ao Meio Ambiente, como: energia, agricultura, mineração e garimpo, recursos hídricos, resíduos, flora e fauna, e a participação popular na gestão ambiental.

d - UD 04 - Instrumentos de controle do Meio Ambiente 20

1 - Identificar os instrumentos disponíveis de gestão ambiental como educação ambiental, sistema de unidades de conservação, sistema de informações ambiental, e geográficas laboratoriais de geoprocessamentos, sensoriamento remoto, processo decisório, registro e cadastro, licenciamento, avaliação ambiental, seguro ambiental, audiaria ambiental, seguro ambiental e instrumentos econômicos.

4 - Verificação de aprendizagem.

Processo de avaliação

Horas/aulas

- Verificação única

02 Prova teórica

5 - Abordagem bibliográfica.

- Vocabulário básico do Meio Ambiente - 4ª Ed. Rio de Janeiro, Petrobrás, Serviço de comunicação Social - 1992 - 246 P.

- Nosso futuro comum, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Ed. F. Getúlio Vargas.

O desafio do Desenvolvimento Sustentável: Pref. do Ex. Presidente Collor.

PLANO DE MATÉRIA

CURSO: CURSO DE ATIVIDADES FLORESTAIS

CARGA/HORÁRIA

30

Disciplina

Educação Ambiental

1 - Objetivos particulares da disciplina.

- Identificar conceitos básicos de Ecologia geral,
- Desenvolver uma consciência crítica sobre o exercício da cidadania ecológica,
- Elaborar programas de educação ambiental,
- compreender a relação homem/natureza através das várias concepções das correntes dos pensamentos filosóficos da humanidade.

2 - Unidades didáticas.

1 - Conceitos básicos,

2 - Construção de conceitos.

	Duração	Procedimentos didáticos
3 - Plano de unidade didática.		
a - UD 01 - Conceitos básicos		
1 - Conceituações		
a - biosfera	10	P/GO
b - Ecossistema		
c - Ecologia		
d - Biofa		
e - Camada de ozônio		
f - Efeito Estufa		
g - Bioma		
h - Autopia		
i - Habitata		

j - Homeostasia ou mecanismo homeoláticos

l - Poluição

m - Qualidade de vida

n - Resíduos sólidos

b - UD 02 - Construção de conceitos

1 - Biosfera - Promover a consciência biosfera

2 - Ecologia - Promover a consciência ecológica

3 - conservação da natureza

4 - Desenvolvimento sustentável

4 - Verificação da aprendizagem:

Processo de avaliação

- Verificação única

Horas/aulas

02

Prova teórica.

5 - Abordagem bibliográficas

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍTICA MILITAR
BIBLIOTECA

80

- MYERS, Norman. "El frágil Milagra". In. El Atlas gaia de la Gestio del Planeta. Madrid: Hermann bluce. 1987. Pp 12-15.
- TOYNBEE, Arnold. A Humanidade e a Mãe Terra. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- DI CASTRI, Francesco. "Ecologia: Gênese de uma ciência do homem e da natureza". In Correio da UNESCO, nº 6, ano 9. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- ODUM, Eugene. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. Tradução de "Basic Ecology". CBS College Publishing, 1983.
- IUCN. Estratégia Mundial para a Conservação. São Paulo: CESP, 1984.
- PNUD. Desarrollo Sostenible: Del concepto a la accion. new York, 1992.

PLANO DE MATÉRIA CURSO: CURSO DE ATIVIDADES FLORESTAIS

CARGA/HORÁRIA

30

Disciplina

Proteção ambiental

1 - Objetivos particulares da disciplina:

- Desenvolver conhecimentos sobre chuva ácida, buraco na camada de ozônio e Efeito Estufa,
- Identificar as agressões ao Meio Ambiente,
- Adotar procedimentos legais face as ocorrências capituladas na legislação de Proteção ao Meio Ambiente.
- Identificar questões técnicas e legislação regente aos loteamentos.

2 - Unidade didáticas.

1 - Conceituações básico,

2 - Impacto ambiental,		
3 - Mineração,		
4 - Flora - locais de proteção e espécies,		
5 - Fauna - Zoogeografia e principais espécies,		
6 - loteamentos.		
3 - Plano de unidade didática	durção	Procedimento
a - UD 01 - Conceituações básicas.		
1 - Conceitos:		
a - Terminologia técnica sobre Meio Ambiente	06	BO
b - Chuva ácida		
c - Buraco na camada de ozônio		
d - Efeito Estufa		

b - UD 02 - Impacto Ambiental

1 - Estudo de impacto Ambiental (EIA)

2 - Relatório de impacto ao Meio Ambiente (RIMA)

06

BO

3 - Situações em que pode haver EIA e RIMA sobre o ambiente.

c - UD 03 - Mineração

1 - Competência da FEMAGO e do DNPM

2 - Princípios Lairas

3 - Zonas de incidência de mineração

4 - Procedimentos corretos e encaminhamento de ocorrências.

4 - UD 04 - Flora - Locais de proteção e principais espécies.

1 - Parques florestais, reservas, estações biológicas e zona de preservação permanente estabelecendo os níveis de competência da União, Estado e Municípios.

2 - Principais de espécies nativas protegida por lei.

5 - UD 05 - Fauna - Zoogeográfica e principais espécies.

1 - A Zoogeografia do Estado.

2 - Principais espécies de aves, animais silvestres e peixes, nativos e exóticos do Estado.

6 - UD 06 - Loteamentos.

1 - Loteamento e parcelamento do solo urbano.

2 - peculiaridades técnicas e legais do parcelamento do solo urbano.

4 - Verificação de aprendizagem

Processo de avaliação

Horas/aulas

- Verificação única

02

Prova teórica

5 - Abordagem bibliográfica.

- Decreto nº 99274 - Mineração (06 de junho de 1990)

- Código Florestal Federal - Lei 4771/65 15 de setembro de 1965

- Lei de proteção à Fauna - lei 5197 de 3 de janeiro de 1967
- Lei de parcelamento do solo urbano - Lei 6766 de 19 de dezembro de 1979
- Decreto 88821 - Transporte de cargas perigosas (19 de abril de 1983)

PLANO DE MATÉRIA

CURSO: CURSO DE ATIVIDADES FLORESTAIS

CARGA/HORÁRIA

25

Disciplina

Administração de operações

1 - Objetivos particulares da disciplina.

- Administrar a execução de Operações de Policiamento Ambiental.

- Elaborar o relatório de uma Operações.

2 - Unidades didáticas

1 - Recapitulação

2 - Plano e ordem de operações

3 - Ordem de serviço

4 - Operações aquáticas

- 5 - Operações Terrestres móveis e barreiras
- 6 - Operações aéreas
- 7 - Operações conjugadas
- 8 - Relatórios.

3 - Plano de unidade didática.

Didáticos

a - UD 01 - Recapitulação.

1 - Técnica de elaboração de Plano e Ordem de Operações, tendo por base os conhecimentos adquiridos no CFO.

b - UD 02 - Plano e ordem de operações.

1 - Plano de Operações para Pelotão ou Companhia no Policiamento Ambiental.

c - UD 03 - Ordem de serviço.

02 RP

1 - Ordem de Serviço para o Policiamento Ambiental.

Duração

Procedimentos

02 EO

- d - UDD 04 - Operações aquáticas. 02 RP
 - 1 - Operações Aquáticas.
- e - UDD 05 - Operações Terrestres moveis e barreiras 02 RP
 - 1 - Operações Volante e com barreiras.
- f - UDD 06 - Operações aéreas 04 RP
 - 1 - Operação de rastreamento aéreo. 05 RP
- g - UDD 07 - Operações conjugadas 02 RP
 - 1 - Operações conjugadas (terrestre, aquática e aérea).
 - 2 - Apoios de órgãos governamentais e não governamentais.
- h - UDD 08 - Relatório. 02 RP
 - 1 - Relatório de uma operação executada.
- 4 - Verificação de aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, Carlos Gomes de. Introdução ao Direito Ambiental. 2 ed. São Paulo: Leras & Letras, 1991. 329p.
- OLIVEIRA, José Milton de. A Formação do Policial Florestal. Bahia: PM-BA., 1987, 31 p, Trabalho técnico profissional.
- FREITAS, Vladimir Passos de e FREITAS, Gilberto Passo de. Crimes Contra a Natureza. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992, 272p.
- ANDRADE, Cesar Augusto de. O Ensino na Polícia Militar Fator de Profissionalização. Goiás: PMGO., 1988, 45p, Trabalho Técnico Profissional.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 4 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1992, 606p.
- MAIA, Nizomar Araújo. A PM em Defesa da Ecologia: Florestal e de Mananciais. Goiás: PMGO, 1988, 50p, Trabalho técnico profissional.
-

Processo de avaliação

Horas/aulas

- Verificação única

02

Prova teórica e/ou prática

5 - Abordagem bibliográfica

- IP 101/5 - 1ª e 2ª Partes

PLANO DE MATÉRIA

CURSO: CURSO DE ATIVIDADES FLORESTAIS

CARGA/HORÁRIA

20

Disciplina.

Preservação e combate de incêndio florestal.

1 - Objetivos particulares da disciplina.

- Interpretar a Legislação sobre incêndio Florestal,

- Classificar os materiais de bombeiro e os meios de fortuna utilizados para extinção de incêndio em Florestas,

- Utilizar as técnicas de Combate e prevenção de incêndio Florestal.

2 - Unidades didáticas.

1 - Legislação sobre incêndio florestal.

2 - Material de bombeiro e de fortuna.

3 - Técnica de prevenção e combate a incêndio florestal.

3 - Plano de unidade didática.

Duração

Procedimentos didáticos

a - UD 01 - Legislação sobre incêndio florestal

04

P

- Legislação sobre incêndio florestal.

b - UD 02 - Material de bombeiro e de fortuna

04

P

- Material de bombeiro e meios de fortuna para prevenção e combate a incêndio Florestal.

c - UD 03 - Técnica de prevenção e controle a incêndio florestal.

10

EO

- Técnicas adequadas, como os meios disponíveis, na extinção do incêndio Florestal.

4 - Verificação de aprendizagem.

Processo de avaliação

Horas/aulas

- Verificação única

02

5 - Abordagem bibliográfica.

- Portaria n° 231/P - Incêndio Florestal, 08 de agosto de 1988,
- Portaria n° 267/P - Queimadas, 09 de setembro de 1988,
- Manual de Combate a Incêndio Florestal MTB-4-PM/85.

PLANO DE MATÉRIA CURSO: CURSO DE ATIVIDADES FLORESTAIS
CARGA/HORÁRIA
20

Disciplina

Técnica de ensino.

1 - Objetivos Particulares da disciplina.

- Elaborar os objetivos gerais e comportamentais.
- Identificar as diferentes técnicas de Ensino Utilizada em situação de sala de aula e sua aplicação.
- Elaborar instrumento de avaliação.
- Elaborar programa de matéria, plano de aula e plano de sessão.

2 - Unidades didáticas.

- 1 - objetivos educacionais.

- 2 - Identificação de técnicas de ensino.
- 3 - Avaliação do ensino.
- 4 - Planos de ensino.
- 3 - Plano de unidade didáticas
- | | | |
|------------------------------------|---------|-------------------------|
| | Duração | Procedimentos didáticos |
| a - UJ 01 - Objetivos educacionais | 04 | EO |
- 1 - Objetivos Gerais,
- 2 - Necessidades de se ter definido os objetivos Gerais no Processo de Ensino.
- 3 - Objetivos comportamentais,
- 4 - Domínios,
- 5 - Objetivos comportamentais, em termos operacionais, levando em consideração o comportamento esperado a condição oferecida e o critério aceitável.
- b - UJ 02 - Identificação de técnicas de ensino
- | | | |
|--|---|-------|
| | 5 | EO/DB |
|--|---|-------|
- 1 - Métodos de Ensino (Individualizado e Socializado),

2 - Técnica mais apropriada para à cada método de ensino,

3 - Técnicas de ensino em sala de aula.

c - UD 03 - Avaliação do ensino.

1 - Características da avaliação como um processo Integral e Sistemático.

2 - Avaliação como um processo. Identificar a diferença entre medir a quantidade e o avaliar a quantidade do processo como um todo educacional.

3 - Instrumentos de avaliação para os diferentes campos do domínio do comportamento humano.

d - UD 04 - Planos de ensino.

1 - Elementos fundamentais para a elaboração de um programa de matéria, Plano e Unidade Didática e Planos de Sessão.

2 - Programa de Matéria, desdobrar os planos de unidades didáticas, faccionar alguns planos de sessões.

4 - Verificação de aprendizagem.

Processo de avaliação	Horas/aulas
- Verificação única	02 Prova teórica e/ou prática
5 - Abordagem bibliográfica.	
MOREIRA, Marco Antônio. <u>Ensino na Universidade</u> , Porto Alegre. Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.	
MOREIRA, Marco Antônio. <u>Ação Docente na Universidade</u> . Porto Alegre. Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.	

PLANO DE MATÉRIA CURSO: CURSO DE ATIVIDADES FLORESTAIS
CARGA/HORÁRIA
20

Disciplina

Navegação

- 1 - Objetivos particulares da disciplina
 - Navegar embarcado em superfície aquática,
 - Interpretar cartas náuticas,
 - Localizar pontos na carta náutica.
- 2 - Unidades didáticas
 - 1 - Noções de navegação.
 - 2 - Cartas náuticas

3 - Pontos

4 - Magnetismo terrestre.

3 - Plano de unidade didática

Duração

Procedimentos didáticos

a - UD 01 - Noções de navegação

04

EO

1 - Globo Terrestre,

2 - Latitude e longitude,

3 - Unidades de distância utilizadas em navegação.

b - UD 02 - Cartas náuticas

04

EO

1 - Cartas náuticas;

2 - Informações contidas nas cartas náuticas;

3 - Orientação com cartas náuticas.

1 - Pontos na carta,			
2 - distâncias e direções,			
3 - Conversões de direção,			
4 - Instrumentos de medida de distância e determinação de velocidade,			
5 - Linha de posição e marcação.			
d - UDD 04 - Magnetismo terrestre	06		RP
1 - Bússola,			
2 - Cálculos de direções,			
3 - Exercícios da matéria de navegação.			
4 - Verificação de aprendizagem			
processo de avaliação	Horas/aulas		
- Verificação única	02		Prova teórica

5 - Abordagem bibliográfica.

BARROS, Luis Miranda de; "Navegar é fácil".

PLANO DE MATÉRIA CURSO: CURSO DE ATIVIDADES FLORESTAIS
CARGA/HORÁRIA
20

Disciplina

Geografia do Estado

1 - Objetivo particular da disciplina

- Identificar os aspectos geográficos e geo-econômicos de Goiás.

2 - Unidades didáticas

1 - Relevo

2 - Vegetação

3 - Hidrografia

4 - Clima		
5 - Transporte		
6 - Micro-Regiões		
7 - Etnia do Estado		
3 - Plano de unidade didática	Duração	Procedimentos didáticos
a - UD 01 - Relevo	03	EO
1 - Formação do relevo do Estado.		
b - UD 02 - Vegetação	03	EO
1 - Formação da vegetação no Estado.		
c - UD 03 - Hidrografia	02	EO
1 - Formação da hidrografia no Estado.		
d - UD 04 - Clima	02	EO

1 - Micro-regiões climáticas no Estado.			
e - UD 05 - Transporte		02	EO
1 - Malha rodo-ferroviária no Estado.			
f - UD 06 - Micro-regiões		04	EO
1 - Micro-regiões econômicas do Estado.			
g - UD 07 - Etnia do Estado		02	EO
1 - Distribuição Étnica do Estado.			
4 - Verificação de aprendizagem.			
Processo de avaliação	Horas/aulas		
- Verificação única	02	Prova teórica	
5 - Abordagem bibliográfica.			

ZESENTINI, José Willian. Sociedade e Espaço.

PLANO DE MATÉRIA CURSO: CURSO DE ATIVIDADES FLORESTAIS

CARGA/HORÁRIA

20

Disciplina

Tiro Policial Defensivo

1 - Objetivos particulares da disciplina.

- Identificar armas e munições mais usuais.
- Descrever os fundamentos do Tiro Policial Defensivo.
- Executar os movimentos e disparos a seco nas bases zero e oito.
- Executar tiros de defesa nas bases zero e oito.

2 - Unidades didáticas

1 - Noções básicas		
2 - iniciação ao Tiro básico		
3 - Prática de Tiro.		
3 - Plano de unidade didática	Duração	Procedimentos Didáticos.
a - UDD 01 - Noções básicas	04	
1 - Tipos de arma de fogo em uso na PM.	1	BO/EA
2 - Funcionamento dessas armas.		
3 - Principais tipo de munições.		
4 - Princípios físicos e básicos de funcionamento.		
5 - Poder de parada do proferir.		
b - UDD 02 - Iniciação do Tiro básico	02	BO/EA
1 - Princípios do tiro básico.		

2 - Arma desmuniada.		
3 - Posições do tiro básico.		
4 - Princípios básicos de segurança no manuseio de armas de fogo.		
c - UD 03 - Prática de tiro	14	EA
1 - Tiro com munição de instrução.		
2 - Tiro real		
4 - Verificação de aprendizagem.		
Processo de avaliação	Hora/aulas	
- Verificação única	02	Prova Prática
5 - Abordagem bibliográfica		
- Catálogo de armamento de caça.		
- Manual do revólver TAURUS Cal. 38.		
- PMESP - Manual de Tiro - São Paulo, 1992.		

PLANO DE MATÉRIA

CURSO: CURSO DE ATIVIDADES FLORESTAIS

CARGA/HORÁRIA

20

Disciplina

Noções de equitação

1 - Objetivos particulares da disciplina

- Efetuar penso no cavalo,
- Selar o cavalo,
- Comandar o cavalo nas três andaduras.

2 - Unidades didáticas

- 1 - Introdução a Equitação,

2 - Prática de equitação,			
3 - Comando a cavalo			
3 - Plano de unidade didática			
a - UD 01 - Introdução a equitação	06	EO/EA	
1 - O penso ano cavalo,			
2 - Montar e apeiar o cavalo.			
b - UD 02 - Prática de equitação	06	EO/BA	
1 - O cavalo nas três andaduras			
c - UD 03 - Comando a cavalo	06	EO/BA	
1 - Os comandos da tropa a cavalo,			
2 - Técnicas de instrução montada.			
4 - Verificação de aprendizagem			

	Processo de avaliação	Horas/aulas
	- Verificação única	2 Prova teórica e/ou prática
5 - Abordagem bibliográfica		
	- Manual de Técnica de Equitação e Adestramento. T 21.245.	

PLANO DE MATÉRIA CURSO: CURSO DE ATIVIDADES FLORESTAIS
CARGA/HORÁRIA
20

Disciplina

Transportes de Produtos Perigosos

1 - Objetivos particulares da disciplina

- Identificar produtos perigosos conforme as normas e convenções internacionais;
- Conhecer as formas de identificação e circulação de veículos de transporte de produtos perigosos;
- Conhecer as formas e itens que compreendem a fiscalização de veículos de transporte de produtos perigosos;
- Compreender os riscos que os diversos produtos perigosos oferecem à saúde humana, animal e vegetal, como também ao ambiente como um todo;

- Desenvolver condições para que o Oficial possa prestar os primeiros atendimentos em casos de acidentes com produtos perigosos.

2 - Unidades didáticas.

1 - Conceituações, convenções e classificações.

2 - Transporte de produtos perigosos - Fiscalização, Penalidades, regras gerais de circulação,

3 - Acidentes com produtos perigosos.

3 - Plano de unidade didática

Duração

Procedimentos Didáticos

a - UD 01 - Conceituações, convenções e classificações

06

EO

1 - Produtos perigosos,

2 - Os produtos perigosos de acordo com as suas características e riscos;

3 - As convenções da ONU que identificam os produtos perigosos,

4 - Rótulo de risco e painel de segurança.

b - UD 02 - Transporte de produtos Perigosos - Fiscalização, penalidades, 06

EO

regras gerais de circulação. 06

- 1 - A documentação necessária para transporte de produtos perigosos,
 - 2 - Os equipamentos obrigatórios de proteção individual e de emergência,
 - 3 - Penalidades a que estão sujeitos: rejeição, remoção ou apreensão dos veículos de transportes de produtos perigosos,
 - 4 - As regras de circulação de veículos de transporte de produtos perigosos.
- c - UTD 03 - Acidentes com produtos perigosos 06 EO/DP
- 1 - As consequências dos acidentes com produtos perigosos, identificando os anos em prejuízos ao ambiente,
 - 2 - Condições para dar os primeiros atendimentos em acidentes com produtos perigosos, observando as normas de segurança.
 - 4 - Verificação de aprendizagem.

Processo de avaliação

Hora/aulas

- Verificação única

02

Prova teórica

5 - Abordagem bibliográfica

- Decreto lei nº 96.044 de 18 de maio de 1988,
- Portaria 291 de 31 de maio de 1988 do Ministério dos Transportes,
- NBR 7.500, NBR 7.504, NBR 8.285, NBR 8.286, NBR 9.734, NBR 9.735 E NBR 11.451,
- Guia de emergência - MT 1984 ou Manual de emergência ABIQUIM/Pro-Química,
- Savariz, Manuelito Carlos -Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, Ed. Sagra, 1989.

PLANO DE MATÉRIA

CURSO: CURSO DE ATIVIDADES FLORESTAIS

CARGA/HORÁRIA

20

Disciplina

Técnica de Arrais

1 - Objetivos particulares da disciplina.

- Aplicar as técnicas de condução de embarcações em superfície aquática;
- Identificar as partes de uma embarcação;
- Conduzir embarcações em hidrovias.

2 - Unidades didáticas.

1 - Conhecimentos básicos,

2 - Balisamento

3 - Prática.			
3 - Plano de unidade didática			
a - UD 01 - Conhecimentos básicos		04	BO/EA
1 - Partes de uma embarcação,			
2 - Direções relativas,			
3 - Técnicas de atracar e desatracar uma embarcação.			
b - UD 02 - Balsamento		04	EO
1 - Leitura através dos sinais de balizamento.			
c - UD 03 - Prática		08	BO/EA
1 - Técnica de condução da embarcações em hidrovias.			
4 - Verificação de aprendizagem.			
Processo de avaliação			Horas/aulas

- Verificação única

02 Prova prática e/ou teórica.

5 - Abordagem bibliográfica.

BARROS, Luis Miranda de ; “NAVEGAR É FÁCIL”.

CONCLUSÃO

Chegamos ao momento de colocarmos um ponto final no presente trabalho, inevitavelmente, baila em nossa mente um fio de incerteza quanto ao cumprimento dos objetivos desejados.

Ao fazermos uma retrospectiva das pesquisas realizadas para a confecção deste breve trabalho, temos a certeza de que o único e salutar caminho para o pleno desenvolvimento é a busca de novos conhecimentos que possam nos levar a um patamar superior de profissionalismo.

Implantar cursos na Polícia Militar é algo que sempre deve ser visto com bons olhos, pois sempre que se pensa em aprimorar conhecimentos está-se pensando no engrandecimento da Instituição. Contudo, os recursos ^{de}devam ser canalizados para a área onde ocorre déficit profissional.

Na verdade o BPMFlo é uma unidade com certas peculiaridades interessantes, sua tropa se preocupa com o nível de profissionalização e sente a necessidade de aprimoramento, daí o surgimento dos auto^{didatas}, coisa este
palavra
como
em
gráfico dificilmente vista em outras unidades.

O Curso de Atividades Florestais é importante e viável. Como pudemos verificar ao longo do presente trabalho, seu custo nada representa frente a diversos benefícios que o Curso poderá trazer à Instituição.

A questão ecológica é, hoje, motivo de preocupação de todas as nações do mundo. Nossa capital do Estado, destaca-se pelos cuidados que tem com o meio ambiente, As riquezas do cerrado, da bacia do rio Araguaia, das matas e outras são patrimônios inalienáveis não só do povo goiano, como também do mundo, as quais devemos proteger de forma consistente por parte da Polícia Militar.

Nossa proposta de implantação do Curso de Atividades Florestais na Polícia Militar de Goiás, baseia-se na real necessidade de aprimoramento de Policiais Militares nesta área, tão difícil de atuar e ^{isso} acreditamos que ^{venha} vem atender aos interesses da Corporação.

ANEXO

ESTADO DE GOIÁS

POLÍCIA MILITAR

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR

QUESTIONÁRIO

POSTO/GRADUAÇÃO: _____

01) Há quanto tempo você trabalha no BPMFlo?

Mais de 3 anos

De 2 a 3 anos

Menos de 1 ano

02) De que maneira você toma conhecimento da legislação florestal?

Palestra

Preleção

Curso

Outros

03) Você é capaz de realizar qualquer autuação ambiental?

Sim

Não

04) Você é capaz de realizar relatórios técnicos sobre qualquer infração ambiental?

Sim

Não

05) Você realizou curso ou estágio ambiental?

Sim

Não

